



OBSERVATORIO
NACIONAL DOS
CIRVER

Rua da Murgueira, 9/9º – Zambujal
Apartado 7585
2611 – 865 Amadora

22ª Reunião do Observatório Nacional dos CIRVER

10 de dezembro de 2020

ASSENTO DA REUNIÃO

A 22.ª reunião do Observatório Nacional dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER) realizou-se nas instalações da Agência Portuguesa do Ambiente, APA, tendo decorrido em regime misto, presencial e por videoconferência, e teve início pelo seu Presidente, o Eng.º Luís Mesquitella, o qual começou por dar as boas vindas aos membros do Observatório Nacional dos CIRVER (ONC) presentes (lista de presenças em anexo).

A convite do Presidente do ONC estiveram ainda presentes, nesta reunião, representantes dos dois CIRVER, os quais fizeram uma pequena apresentação sobre o ponto de situação da atividade desenvolvida por cada um até ao ano de 2020.

O Administrador da SISAV, o Eng.º Jorge Afonso, tomou a palavra, agradecendo desde logo o convite do Observatório, e apresentou os restantes membros da SISAV presentes, o Dr.º Filipe Serzedelo, Presidente da EGEO e a Dra. Margarida Saquete. De seguida deu início à sua apresentação, começando por fazer uma breve descrição da atividade desenvolvida na SISAV, apresentando as diferentes unidades de tratamento existentes neste estabelecimento e salientou os principais fatores que decorreram nos últimos dois anos que, de forma direta ou indireta, tiveram influência na atividade desenvolvida por este CIRVER, nomeadamente:

- A prorrogação da licença de exploração que ocorreu em 2018, tendo o prazo desta licença sido estendido até 2023;
- As quantidades de resíduos recebidos anualmente foram inferiores às previstas em sede de concurso, pelo que houve necessidade de receber Movimentos Transfronteiriços de Resíduos (MTR) por forma a compensar esta diferença e tornar a operação economicamente rentável;
- A publicação do Guia de Classificação de Resíduos, no *site* da APA, que, segundo o SISAV, veio contribuir para uma melhor classificação dos resíduos, nomeadamente dos resíduos perigosos.
- A entrada em funcionamento das Guias de Acompanhamento de Resíduos eletrónicas (eGARs), que no seu entender, levou a que houvesse um maior controlo e rigor no que diz respeito à gestão de resíduos perigosos, assim como as ações de inspeção, desenvolvidas pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) direcionadas para a gestão de resíduos perigosos.

Em termos de quantitativos de resíduos perigosos, apresentou os dados relativos aos recebidos nos últimos 5 anos, por origem, nomeadamente, nacional ou por MTR, salientando que 30% destas quantidades recebidas no SISAV tem como destino uma operação de valorização, principalmente a cimenteira, com quem trabalham diretamente.

Destacou ainda, que, em média, cerca de 25% do total de resíduos recebidos anualmente tem origem em MTR, reforçando que têm vindo a desenvolver esforços no sentido de manter o equilíbrio entre a quantidade de resíduos recebidos com origem nacional e com origem em MTR. Sublinhou ainda que a receção de resíduos com origem em MTR é importante para equilibrar a situação financeira da SISAV.

De seguida o Dr.º Filipe Serzedelo tomou a palavra para informar quais iriam ser os principais projetos programados para o futuro próximo da SISAV, nomeadamente:

- A conclusão da reconstrução e entrada em funcionamento da unidade de regeneração de óleos usados;
- O aumento da produção de combustíveis com origem em resíduos a outros códigos LER, que já recebem nas instalações, mantendo-se, contudo, a capacidade instalada licenciada.

A Dra. Margarida Saquete apresentou, de seguida, as preocupações para a atividade futura do sector, tendo salientado os seguintes constrangimentos:

- As alterações à taxa de gestão de resíduos, propostas na nova redação do Regime Geral de Gestão de Resíduos, RGGR, poderá ter impactos negativos na atividade desenvolvida pelos CIRVER, pelo que sugeriu, entre outras medidas, seja prevista a isenção de TGR nos casos em que não há alternativa à deposição de resíduos em aterro;
- A ausência do diploma Prosolos. Esta lacuna faz com que continue a não existir enquadramento legal para os solos tratados na unidade de descontaminação de solos;
- A definição de um procedimento único de amostragem de resíduos para efeitos de classificação da perigosidade dos resíduos, no seguimento da publicação do Guia de Classificação de Resíduos;
- O facto, de nos termos da nova definição de resíduo urbano, proposta na nova redação do RGGR, os Municípios passarem a gerir também os resíduos urbanos perigosos, o que levanta algumas preocupações quanto à forma como será gerida esta tipologia de resíduos.

Finda a apresentação da SISAV, o Presidente do ONC convidou o Eng.º Manuel Simões, Diretor Geral da Ecodeal, a fazer a sua apresentação.

O Eng.º Manuel Simões começou por agradecer ao Presidente do ONC o convite e passou a apresentar os dados relativos aos resíduos recebidos pela Ecodeal entre 2009 e 2019 tendo mostrado que a Ecodeal recebeu, anualmente, uma média de 120 mil toneladas de resíduos para as unidades de estabilização/aterro e cerca de 80 mil toneladas para as restantes unidades de tratamento.

Em termos de origem dos resíduos recebidos, 59% correspondem a resíduos provenientes da atividade corrente dos seus produtores, 35% a operações pontuais, nomeadamente, de resolução de passivos, e 6% corresponde a resíduos recebidos por MTR.

Seguidamente, salientou os principais acontecimentos dos últimos anos, assim como os principais constrangimentos identificados, com relevância para a atividade desenvolvida pela Ecodeal, nomeadamente:

- Renovação da licença ambiental, em maio de 2017, a qual será válida até novembro de 2023;
- Emissão do Título Único Ambiental (TUA), em novembro de 2018, o qual será válido até novembro de 2023, e integra a licença de exploração e a licença ambiental, sublinhando ser um ponto positivo;
- Implementação das eGARs, que considera ter promovido uma melhoria no controlo do encaminhamento dos resíduos perigosos;
- Início da exploração da célula de aterro n.º 2, em 2016;
- Selagem da célula de aterro n.º 4, em 2016;
- Construção da célula de aterro n.º 3, em 2020, que está quase finalizada, estando previsto o início de exploração nas últimas semanas de dezembro/início de janeiro de 2021;
- Adjudicação do estudo à empresa 3 Drivers, no âmbito do pedido de prorrogação do prazo da licença de exploração. Neste estudo efetuou-se a Avaliação estratégica e os contributos ambientais e socioeconómicos dos CIRVER. Também foi demonstrado que o aterro deste operador apresentaria capacidade de deposição até 2024, na pior das hipóteses, ou até 2027, na melhor das hipóteses. Em todo o caso, para prevenir a falta de capacidade de deposição, estão a prever apresentar à entidade licenciadora um projeto de alargamento do seu aterro, que assenta num aumento de capacidade de cerca de 19% da capacidade atualmente licenciada;
- Ausência do diploma Prosolos. A Ecodeal considera ser um ponto negativo, por continuar a não existir enquadramento legal para os solos descontaminados;
- Aumento da TGR poderá vir a ter um impacto negativo nos CIRVER, pelo que seria aconselhável a criação de taxas diferenciadas para os resíduos em que não haja outra alternativa à deposição em aterro;
- A rede de operadores licenciados para armazenamento de resíduos perigosos é outro tema que a empresa considera apresentar algumas fragilidades, pelo que sugerem que seja efetuada uma análise mássica dos quantitativos de resíduos geridos por estes operadores.

Terminada a apresentação da Ecodeal, o Presidente do ONC deu continuidade à reunião passando para o segundo ponto da agenda, designadamente a aprovação do Plano de atividades do ONC para o ano de 2021, bem como a proposta de assento da 21.ª Reunião do ONC, os quais tinham sido enviados previamente aos membros do Observatório para comentários/contributos e que, até à data da reunião, não ter havido qualquer comentário. Assim, o Presidente questionou os membros se tinham algo a opor ou a acrescentar à proposta de Plano de Atividades apresentada, aproveitando para solicitar colaboração do Sr. Presidente da Câmara da Chamusca na realização do último objetivo

do documento, designadamente, *“Reforço da segurança das populações mais expostas ao tráfego de viaturas com resíduos, destinadas ao Eco Parque. Pedir acesso e avaliar em sede de observatório o estudo de tráfego encomendado pela associação do Eco parque e elaborar recomendações do Observatório para envio aos diferentes órgãos.”*. O Sr. Presidente da Câmara da Chamusca mostrou-se disponível para colaborar relativamente ao solicitado pelo Presidente do ONC acrescentando que já tem vindo a desenvolver alguns projetos de análise neste âmbito.

O Presidente da Câmara da Chamusca aproveitou ainda para falar sobre o ponto de situação da questão das acessibilidades ao Eco Parque do Relvão, em antecipação ao penúltimo ponto da agenda, dando nota que tinha reunido com o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação no seguimento da divulgação do programa de investimentos previsto para os próximos anos, o qual não inclui a construção do troço do IC3. Acrescentou que vai ainda reunir com as Infraestruturas de Portugal para discutir este assunto.

Ainda no que diz respeito à proposta de Plano de Atividades do ONC para 2021, não houve nenhum comentário por parte dos membros do ONC, pelo que se considerou aceite.

Relativamente ao Relatório de Atividades do ONC 2016-2018, enviado aos membros do ONC previamente à realização da 21.ª Reunião, o Presidente do ONC salientou a ausência de atividade deste órgão desde a saída do anterior Presidente até à data em que este iniciou funções, pelo que no relatório apresentado salientam-se sobretudo os principais acontecimentos que marcaram a atividade dos CIRVER durante o período em que não houve atividade do Observatório. Uma vez que não existiram comentários por parte dos membros do Observatório considerou-se o documento em questão aprovado.

Em modo de encerramento da reunião, o Presidente do ONC sugeriu que a próxima reunião ficasse agendada para abril de 2021, tendo obtido a concordância dos membros presentes.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente do Observatório deu por encerrada a reunião.

De salientar que, apesar de não ter sido referida na reunião, considerou-se ratificado o assento da 21.ª Reunião do ONC, por não ter havido qualquer comentário por parte dos membros deste Observatório à versão enviada previamente por correio eletrónico.

ANEXO

Lista de presenças na 22.ª reunião do ONC

Organismo	Acrónimo	Nome
Observatório Nacional dos CIRVER	Presidente	Luís Mesquitella
Agência Portuguesa do Ambiente	APA	Rodrigo Gonçalves
APA-secretariado técnico	APA	Cristiana Gomes
Autoridade da Concorrência	AdC	Fernando Xarepe Silveiro
Associação Nacional de Municípios Portugueses	ANMP	Paulo Queimado
Câmara Municipal da Chamusca	CM - Chamusca	Cláudia Moreira
Agência para a Competitividade e Inovação	IAPMEI	Paula Lança
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente	Quercus	Cármem Lima